

ANDREAS EISELE

ROGERIO SCHIETTI CRUZ

INSIGNIFICÂNCIA PENAL

**Os crimes de bagatela
na dogmática
e na jurisprudência**

2021

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e Diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Imagens (capa): *Azerbaijan-stockers* e *Kues1 em Freepik.com*

C957i

Cruz, Rogerio Schietti.

Insignificância Penal: Os Crimes de Bagatela na Dogmática e na Jurisprudência / Rogerio Schietti Cruz e Andreas Eisele – São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.

368 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5680-665-5

1. Direito Penal. I. Cruz, Rogerio Schietti. II. Eisele, Andreas. III. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	----

1

MODELO POLÍTICO-CRIMINAL DO ESTADO	21
---	----

1.1. Princípios jurídicos	22
---------------------------------	----

1.2. Funções dos princípios jurídicos	23
---	----

1.3. Princípios jurídico-penais.....	29
--------------------------------------	----

1.3.1. Princípio da legalidade.....	31
-------------------------------------	----

1.3.2. Princípio da ofensividade.....	37
---------------------------------------	----

1.3.3. Princípio da proporcionalidade.....	40
--	----

1.3.4. Princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade	42
--	----

1.3.5. Princípio da necessidade	46
---------------------------------------	----

1.3.6. Princípio da intervenção mínima.....	48
---	----

2

O ÂMBITO DA INTERVENÇÃO PENAL	55
--	----

2.1. A insignificância	57
------------------------------	----

2.2. O fundamento material da intervenção penal	69
---	----

2.3. As dificuldades para a definição dos casos de bagatela	72
---	----

2.4. O âmbito dos casos de bagatela: delitos leves próprios e impróprios.....	77
2.4.1. Diferenças em relação ao furto privilegiado ...	81
2.4.2. Diferenças em relação ao furto "famélico" ...	83
2.5. Aspectos criminológicos.....	88
2.5.1. O paradigmático exemplo do furto.....	89

3

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A DEFINIÇÃO DOS CASOS DE BAGATELA NO BRASIL	93
3.1. As propostas apresentadas pela doutrina	94
3.2. A regulamentação legal	96
3.3. A prática jurisprudencial no âmbito do STF	101
3.3.1. O método tópico-indutivo	109
3.3.2. O método conceitual-dedutivo.....	113
3.3.2.1. O HC n. 84.412.....	114
3.3.2.2. O HC n. 123.108.....	117
3.4. Análise dos critérios empregados para a definição dos casos de bagatela	121
3.5. Síntese dos critérios classificatórios.....	134

4

A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS CASOS DE BAGATELA.....	135
4.1. A definição da tipicidade.....	137
4.1.1. A interpretação do tipo.....	139
4.1.2. A tipicidade conglobante.....	143
4.1.3. A tipicidade material.....	145
4.1.3.1. O desvalor da conduta e o desvalor do evento	155

SUMÁRIO

4.1.3.2. A chamada bagatela “imprópria”	157
4.1.3.2.1. Consequência da ausência de necessidade de pena	159
4.1.3.3. A polêmica relativa aos chamados “direito penal do fato” e “direito pe- nal de autor”	165
4.2. A concepção processual	168
4.3. A regulamentação legal	176

5

UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS EMPREGADOS PARA A DEFINIÇÃO DOS CASOS DE BAGATELA	185
5.1. Premissa metodológica: o conceito integral de delito	187
5.2. A dignidade penal do fato	193
5.2.1. A afetação do bem jurídico	196
5.2.2. O significado e a repercussão social do fato	200
5.3. A necessidade de pena	203
5.3.1. Implementação	205
5.3.2. O comportamento social do sujeito (reiteração delitiva)	207
5.3.2.1. A resposta punitiva proporcional e adequada	210
5.3.2.2. Habitualidade delitiva, reincidência e maus antecedentes	216
5.4. Síntese da proposta de classificação jurídica da categoria denominada bagatela	221
5.5. Uma proposta de regulamentação legal da cate- goria	223

6

ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	227
6.1. Furto.....	232
6.1.1. Categorização penal.....	233
6.1.2. Condições da vítima e circunstâncias do crime	236
6.1.3. Parâmetro objetivo para a insignificância do bem subtraído.....	239
6.1.4. Formas qualificadas do furto	240
6.1.5. Natureza do bem.....	243
6.1.6. Aspectos morais	245
6.1.7. Furto privilegiado.....	247
6.1.8. Furto famélico	248
6.1.9. Valor do bem.....	251
6.1.10. Os maus antecedentes e a insignificância penal.....	254
6.1.10.1. Reconhecimento do furto insignifi- cante, com maus antecedentes	263
6.1.10.2. Não reconhecimento do furto insig- nificante, em razão dos maus ante- cedentes.....	270
6.1.10.3. Nosso posicionamento sobre o tema	279
6.2. Outros crimes.....	293
6.2.1. Atividade clandestina de telecomunicação ...	294
6.2.2. Crimes contra o meio ambiente	297
6.2.3. Pesca clandestina.....	299
6.2.4. Posse ilegal de munição	301
6.2.5. Contrabando	305
6.2.6. Moeda falsa	310
6.2.7. Crimes contra a administração pública.....	311
6.2.8. Tráfico de drogas.....	314

SUMÁRIO

6.2.8.1. Importação de sementes de maco- nha.....	316
6.2.9. Violência doméstica	321
6.2.10. Crimes militares	324
6.2.11. Crimes tributários <i>lato sensu</i>	328
6.2.11.1. Crimes tributários e de descami- nho	329
6.2.11.2. Crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação pre- videnciária	336
6.3. Crítica à jurisprudência dos tribunais superiores..	341
REFERÊNCIAS	353